

HABEAS CORPUS Nº 492.703 - TO (2019/0038548-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : ADELMARIO ALVES DOS SANTOS JORGE
ADVOGADO : ADELMÁRIO ALVES DOS SANTOS JORGE - TO006398
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : ALVARO FERREIRA DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

ALVARO FERREIRA DA SILVA alega sofrer coação ilegal, em decorrência de acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins**, no HC n. 0024869-73.2018.827.0000.

Requer (fls. 7-8, grifei):

[...] como medida de extrema justiça, **que seja anulada a audiência de instrução e julgamento realizada no dia 29/10/2018 às 14hs e também a audiência de continuação do dia 11/12/2018**, redesignando outra a tempo e dia, após a juntada dos documentos deferidos pelo juiz *a quo*, alternativamente requer, caso não seja esse o entendimento, que seja o processo suspenso até que haja a juntada de todos os documentos pendentes de juntadas nos autos, já deferidos pelo juízo *a quo*, postergando a apresentação das Alegações Finais por Memoriais, **apenas após a juntada destes documentos, inclusive interceptação telefônica e extração de dados telefônicos e os demais deferidos.**

Ao analisar os autos, verifico que **a inicial do writ não veio** acompanhada da cópia da ata de audiência das datas mencionadas (29/10/2018 e 11/12/2018) ou das decisões que indeferiram seus requerimentos, **com vistas a avaliar, de plano, eventual prejuízo delas decorrente**, o que obsta a exata compreensão do caso e inviabiliza, assim, o exame do alegado constrangimento ilegal.

Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações, não comportando dilação probatória. É cogente ao impetrante, pois, apresentar elementos documentais suficientes para se permitir a aferição da alegada existência de constrangimento ilegal no ato atacado na impetração. Na mesma diretriz: **HC n. 235.131/MG**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis**

Moura, 6ª T., DJe 29/8/2013.

À vista do exposto, constatada a ausência de peça essencial para a análise do pleito de urgência, **indefiro liminarmente** este habeas corpus, nos termos do art. 210 do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

